

E agora vai?

LAVA JATO Aceita no STF, a delação da Odebrecht acerta o tucanato e faz estragos na América Latina

POR ANDRÉ BARROCAL

Edson Fachin, ministro do Supremo Tribunal Federal, ganhou um presente antecipado pelos 59 anos que completa na quarta-feira 8. Calouro do STF, último indicado de Dilma Rousseff para a Corte, foi sorteado para herdar do finado Teori Zavascki os casos da Operação Lava Jato. No controle da megainvestigação, poderá encerrar a carreira consagrada. Ou seria esse um presente de grego ao advogado que fez seu nome no epicentro da Lava Jato, o Paraná? Zavascki antevia um 2017 de arrepiar, “pessoas realmente poderosas” atingidas. Agora que o STF chancelou as explosivas delações de 77 executivos da Odebrecht, prenúncio de dias sombrios para Michel Temer, PMDB e tucanos, não faltará pressão de pessoas poderosas sobre Fachin. Ele aguentará? Do Palácio do Planalto emanam comentários satisfeitos com o sorteio, a identificar no ministro alguém “maleável”.

Com a validação das delações, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, regente da Lava Jato em Brasília, poderá

aprofundar a apuração de fatos e personagens. Ele estuda requerer a Fachin a retirada do sigilo dos acordos. Entre um dilúvio ou um vazamento a conta-gotas, Temer prefere a opção A. Em dezembro, quando se soube que ele e dois de seus ministros foram citados na delação de um ex-lobista da Odebrecht, o presidente pediu a Janot a divulgação total da papelada. Três dias depois, parlamentares capixabas de PMDB e PSDB sondaram o procurador-geral e saíram com a impressão de a quebra do sigilo estar nos planos dele. Gente que conhece o “xerife” aposta nisso. E aí será um pandemônio, como em países latino-americanos delatados pela empreiteira nos Estados Unidos.

Os senhores abaixo têm razões para preocupar-se. No entanto, são tucanos...

Para proteger-se, Temer escora-se no PSDB, mais vital do que nunca para a salvação do governo, dadas as suas conexões na mídia e no PIB. Na sexta-feira 3, nomearia o deputado baiano Antonio Imbassahy para comandar a articulação política do Planalto, decisão que coloca o partido dentro do Palácio. Guia tucano, Fernando Henrique Cardoso chegou a desdenhar do governo na pinguela, mas agora elogia a força do presidente no Congresso e insinua ser um erro a Justiça Eleitoral vir a cassá-lo. Para FHC, o “caos político” até ajuda a agenda econômica oficial, neoliberal e impopular. Sentimento parecido com um comentário ouvido por *CartaCapital* em dezembro da boca do empresário Benjamin Steinbruch, no Senado: “Quanto maior a confusão, mais rápida a solução”.

O casamento sem rodeios de Temer com os tucanos leva jeito de abraço de afogados. O trio de presidenciáveis do PSDB – o senador Aécio Neves, o chanceler José Serra e o governador paulista, Geraldo Alckmin – tem suas próprias



JOSÉ CRUZ/ABR, MARCELO CAMARGO/ABR, LULA MARQUES, ORLANDO KISSNER E EVARISTO SAIAFP



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 26

Grileiros. Eliseu Padilha
é acusado de ser um deles



encrencas odebrechtianas.

Presidente do partido, Aécio já é alvo de um inquérito por corrupção no STF, por fraudes em Furnas, e logo estará na mira de outro, segundo o recente noticiário. Quando o então governador de Minas (2003-2010), teria cobrado caixinha de uns 3% do valor das obras da faraônica sede do Executivo, a Cidade Administrativa, erguida por 2 bilhões de reais. A propina estaria descrita na delação de Benedicto Barbosa da Silva Junior, o BJ, ex-presidente da construtora Odebrecht, uma das contratadas da obra. História semelhante fora contada, em 2016, por Leo Pinheiro, da OAS, outra empreiteira do projeto, em uma delação adormecida na gaveta de Janot. Nas duas versões, o coletor da grana em nome de Aécio seria seu tesoureiro, Oswaldo Borges da Costa Filho.

BJ preocupa ainda o “Santo”, provável alcunha de Alckmin no listão da Odebrecht. Há suspeita de fraude em

obras paulistas, como a duplicação da Rodovia Mogi-Dutra. Em fevereiro de 2016, a Lava Jato achou com BJ papéis a citar valores para o “Santo” em anotações sobre a duplicação. O promotor paulista Marcelo Milani quer ouvi-lo, gesto concreto daquela disposição do chefe da Promotoria, Gianpaolo Smanio, de ajudar a Lava Jato. Resta saber o motivo do interesse, pois se trata de um órgão influenciado pelo governador, segundo a ONG Conectas. Repassar informações a Alckmin? Milani já tentou obter com o juiz Sergio Moro tudo sobre o “Santo”, mas em vão. Em abril de 2016,

Quem é quem. E que esperar de Fachin? Vai encarar? Janot medita

foi denunciado à Corregedoria pelo então prefeito Fernando Haddad, por severidade com o petista e corpo mole com Alckmin em ações sobre o mesmo tema, multas de trânsito.

Quanto a Serra, o problema remonta à eleição de 2010. Sua campanha presidencial teria recebido na Suíça 23 milhões de reais da Odebrecht via caixa 2. Um dos membros daquela equipe confessou a história recentemente, mas de um modo a aliviar para Serra. Banqueiro e ex-deputado tucano, Ronaldo Cezar Coelho diz ter adiantado fundos a Serra e sido ressarcido pelo PSDB na Suíça. A quitação teria sido feita com verba da Odebrecht. Coelho afirma estar tudo em ordem, por ele ter aderido, em 2016, à lei de regularização de capitais escondidos no exterior.



A lei pode tê-lo livrado de processos por evasão e sonegação, mas não por lavagem, uma brecha em condições de ser explorada pelo Ministério Público (MP).

Uma má notícia para Coelho. Na quinta-feira 2, o marqueteiro de Dilma Rousseff na eleição de 2014, João Santana, foi condenado por Moro a oito anos de cadeia por lavagem de dinheiro. Para o juiz, Santana foi pago por dilmissas no exterior com dinheiro de procedência que ele não poderia ter se dado o direito de ignorar. “A postura de não querer saber e a de não querer perguntar caracterizam ignorância deliberada, e revelam a representação da elevada probabilidade de que os valores tinham origem criminosa”, assinala a sentença.

Se prometem estragos no Brasil, as delações da Odebrecht já semeiam confusão na América Latina, em decorrência do acordo selado pela empresa no fim do ano passado nos EUA. Uma história com um capítulo misterioso.

Na delação firmada com a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, em 1º de dezembro, a Cláusula 19 impunha seis meses de sigilo antes da divulgação de fatos a envolver agentes públicos estrangeiros. Ao anunciar uma leniência com a construtora 20 dias depois, o Departamento de Justiça do Tio Sam divulgou um documento anexo em que menciona 12 nações nas quais a Odebrecht teria pago 788 milhões de dólares em propinas. O que aconteceu? Há quem creia ter faltado valentia ao MP brasileiro, o mais caro do planeta, para contar aos ianques sobre os 180 dias de confidencialidade.

A menção pública aos países bagunçou politicamente vários deles, alguns de forma delicada. A Colômbia prendeu um ex-senador, Otto Bula, e um ex-vice-ministro dos Transportes, Gabriel Garcia Morales, ambos atuantes na gestão do

Documento da Justiça dos EUA divulga que 12 países latino-americanos receberam 788 milhões de dólares de propinas da Odebrecht

ultradireitista Álvaro Uribe (2002-2010), hoje inimigo de seu sucessor, Juan Manuel Santos, antes um aliado. Bula teria recebido 4,5 milhões de dólares em suborno da Odebrecht e Morales, 6,5 milhões, recompensas para facilitar a vida da empreiteira em uma obra rodoviária.

O Equador está no meio da eleição presidencial, marcada para o dia 19, e os inimigos do presidente progressista Rafael Correa exploram o assunto contra o candidato oficial, Lenin Moreno, líder nas pesquisas. Conforme a papelada norte-americana, a Odebrecht distribuiu 33 milhões de dólares em propina a funcionários públicos equatorianos entre 2007 e 2016, período de Correa no poder. O opositor Guillermo Lasso, vice-líder nas pesquisas, cobra do presidente o nome dos subornados, enquanto

Correa reclama de a apuração mirar apenas seu governo, embora a Odebrecht faça negócios há muito tempo no Equador. Curiosidade: o mandatário é da opinião de que os EUA são o único país onde não há golpe de Estado por falta de uma embaixada norte-americana por lá.

Panamá e Peru resolveram banir a construtora de suas fronteiras. No primeiro, pátria da conta usada pela Odebrecht para corromper no exterior, a revelação colocou na mira do MP o ex-presidente Ricardo Martinelli (2009-2014), dois filhos (Ricardo Alberto e Luis Enrique) e um irmão (Mario). No Peru, o mandatário conservador Pedro Pablo Kuczynski desfez um contrato de 7 bilhões de dólares de uma obra de um gasoduto tocada pela Odebrecht em sociedade com duas empresas. Ele vai relatar o projeto. Um terço da receita da *holding* Odebrecht, não apenas seu ramo empreiteiro, nasce de obras no estrangeiro. As retaliações sofridas no exterior não estavam nos cálculos da empresa, quando decidiu fazer uma colaboração premiada.

De volta ao Brasil, as delações dos executivos da construtora foram validadas na segunda-feira 30 por conta própria pela presidente do STF, Cármen Lúcia, antes de Edson Fachin ser sorteado o novo relator dos processos. A solitária decisão



Preso. Eike promete passar o Brasil a limpo



Diferenças. Temer celebra a nomeação de Imbassahy. O presidente do Peru também ganha motivos para se preocupar

de Cármen, tomada na antevéspera do fim do recesso forense, foi respaldada por um pedido de urgência enviado dias antes ao STF por Rodrigo Janot. Uma dobradinha combinada entre eles para contornar discretos esforços da classe política, e do ministro do Supremo Gilmar Mendes, para retardar a temida delação.

Para homologar os acordos, Cármen autorizara os três juízes auxiliares de Teori Zavascki na Lava Jato a ouvir previamente os executivos sobre a espontaneidade de suas decisões, uma praxis. Um dos juízes, Marcio Schiefler, o mais ligado a Zavascki, deu sinais nos últimos dias de não querer seguir na função. Excelente notícia para os que sonham com embromações em Brasília. Schiefler é memória viva do caso no STF. Sem ele, vai demorar mais para Fachin tomar pé da situação. Em nota à imprensa, o ministro prometeu “prudência, celeridade, responsabilidade e transparência” na condução da Lava Jato. Afirmou ainda contar com a “contribuição indispensável” da atual equipe.

Enquanto os acordos da Odebrecht eram sacramentados, Eike Batista, outrora o maior bilionário brasileiro, entregava-se à Polícia Federal (PF), um

desdobramento da Lava Jato. Sua prisão fora decretada três dias antes pelo juiz da 7ª Vara Criminal do Rio, Marcelo Bretas, um magistrado com lampejos de Sergio Moro. A desagradável notícia alcançou o empresário no exterior, e ele chegou a ser considerado foragido. Careca, encarcerado no Presídio de Bangu sem direito a cela especial por falta de diploma, é acusado de subornar em 16,5 milhões de dólares o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, do PMDB de Temer. Ao embarcarem Nova York para apresentar-se à PF, sinalizou a *O Globo* disposição para delatar: “Está na hora de eu ajudar a passar as coisas a limpo”.

Depois aos federais na terça 31 e, na saída, seu advogado, Fernando Martins, desconversou sobre delação. Em maio passado, o ex-bilionário oferecera à Lava Jato um aperitivo de sua propensão a incriminar terceiros em troca de facilidades. Em depoimento espontâneo em Curitiba, acusou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega de aproveitar uma conversa a sós entre eles sobre negócios para pedir grana para o PT. Quem assiste ao vídeo do depoimento, disponível na *web*, fica desconfiado do relato

e com a sensação de Batista querer apenas se safar. A propósito, Mantega acaba de ser inocentado pela PF na Operação Zelotes, que desvendou um esquema de pagamento de propina por grandes empresas para anular dívidas tributárias.

Não se sabe ao certo quem Eike Batista delatara, nem quem a PF e o Ministério Público gostariam de induzir que ele incriminasse. Mas a proximidade do empresário com Sérgio Cabral permite desfiar uma miríade de relações perigosas, embora não necessariamente criminosas. Com a propina recebida de Batista, Cabral teria beneficiado sua primeira mulher, Suzana Neves, que vem a ser prima de Aécio Neves, um conhecido frequentador dos dias e noites cariocas. O tucanato está por trás da indicação de Maria Sílvia Bastos Marques ao comando do BNDES, que é sediado no Rio. Em sua diretoria, Maria Sílvia tem uma ex-executiva das empresas de Batista, Eliane Lustosa, e um ex-sócio, Claudio Coutinho, de um ex-executivo, Rodolfo Landim.

Parece a música *Flor da Idade*, de Chico Buarque, em que uma pessoa amava outra, que amava outra, que amava, “que amava toda”. Quem mesmo? •